



História e modos de comunicação do século XIX: Leituras (e escrita) dos escravos brasileiros¹

Marialva Carlos Barbosa²
Universidade Tuiuti do Paraná (UTP)

Resumo: O texto apresenta os primeiros resultados da pesquisa “História, Testemunho e Valores: práticas de comunicação dos escravos brasileiros do século XIX”, desenvolvida com o auxílio do CNPq. Mostra algumas práticas de leitura dos escravos no século XIX, enfatizando as leituras de primeira, de segunda e de terceira natureza realizadas. Detém-se especialmente no caso do escravo Romão, que, com sua letra firme, assinou o processo em que solicitava sua própria carta de alforria.

Palavras-chave

Comunicação; História; Práticas de Leitura; Escravos

Nesse texto procuraremos fornecer um mapa teórico-conceitual para a construção de uma história dos meios de comunicação que seja, sobretudo, história dos sistemas e processos comunicacionais. Propomos reflexões sobre a questão do testemunho e do uso de documentos para acessar o passado e refletiremos, também, sobre os gestos de leitura (e escrita) dos escravos brasileiros do século XIX, incluindo-os como leitores de um mundo no qual os impressos começavam a impor uma ortodoxia das práticas comunicacionais.

Se a memória é a abertura mais importante para acessar o passado, o testemunho é a prova viva da fiabilidade do passado. Por outro lado, há que se considerar que históricos não são apenas os processos localizados no passado: história é tudo aquilo que do passado chegou até o presente.

Por outro lado, os testemunhos, que permitem a reinterpretação do passado, são de múltiplas ordens: textos documentais depositados em arquivos que guardam a memória de uma época, com clara intenção de preservação de restos considerados significantes; textos e outras textualidades que foram produzidos num mundo que hoje denominamos passado; restos de uma cultura material duradoura; imagens que teimam em perdurar em suportes múltiplos; memória viva de quem estava inscrito no passado e que atesta a sua existência pelo testemunho oral.

¹ Trabalho apresentando no GP História do Jornalismo, XI Encontro dos Grupos de Pesquisa da INTERCOM, evento do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora do Programa de Pós-Graduação e Linguagens da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Diretora Científica da INTERCOM. Pesquisadora do CNPq.



Há que se acrescentar a questão do valor do conhecimento. Como enfatiza Agnes Heller (1993), o conhecimento é sempre um valor próprio de cada época: sempre houve alguma coisa que não pode ser conhecida, conhecimento considerado maldito, coisa que nenhum mortal deveria saber. Alguns desses conhecimentos só afloram à superfície visível quando se alcança um determinado grau de consciência histórica. Esse parece ter sido o processo que encobertou, por mais de um século, as práticas culturais letradas e leitoras dos escravos do século XIX.

Modos de comunicação e escravos

Como homens de seu tempo, envoltos em uma atmosfera na qual as letras impressas passam a ocupar lugar central nos ambientes públicos e privados, também os escravos do século XIX eram leitores de múltiplas naturezas: leitores por saberem efetivamente ler e escrever, estando imersos em códigos de leitura e de escrita; leitores por escutarem os textos, sejam os que eram diretamente lidos para eles ou os que se espalhavam pelos ambientes das casas de seus proprietários; leitores, enfim, por saberem o significado das letras impressas e por acompanharem as imagens de suas faces e corpos expostos com frequência nos periódicos que circulavam pelos campos e pelas cidades.

Muitos, entretanto, mesmo sem saberem manejar os códigos escritos, eram letrados: sabiam contar; eram capazes de exercer o ofício de carpinteiro e pedreiro, para os quais é indispensável o conhecimento dos códigos numéricos; podiam ser vendedores; impressores; enfim, exerciam múltiplas profissões nos quais os códigos letrados eram fundamentais.

Mas mesmo os que não conheciam as letras impressas, sabiam a sua importância. Afinal o que lhes concedia a liberdade era um papel repleto de inscrições: a carta de alforria concedia a liberdade pela escrita. Portanto, a aspiração máxima de todos estava inscrita num simples papel sobre o qual se adicionava letras: o letramento se igualava à liberdade.

Através dos vestígios que o passado deixou inscrito no presente, podemos remontar a relação dos escravos com o mundo da leitura (e da impressão) no século XIX. Dos anúncios que os periódicos publicavam emergem textos procurando por aqueles que se rebelavam e fugiam. Nesses anúncios, as marcas de seus corpos e suas diversas aptidões são descritas para facilitar o seu reconhecimento: entre elas, figuravam o fato de “saber ler e escrever”.

Fugiu da cidade de Itapetininga o escravo de nome Luiz, cabra 22 anos, altura regular e corpulento, pés grandes, cabelos grenhos, olhos vivos e pequenos, falta de dentes na frente, sabe ler e escrever regularmente, fala bem e muito explicado, muito risonho e fica sempre com papéis nas algibeiras, gosta muito de recitar versos, é pedreiro e copeiro e costuma dizer que é forro, anda descalço. É de Macaé, Rio de Janeiro (*Correio Paulistano*, 18 agosto de 1877. In: Schwarcz: 1987 p. 141-142. Grifos nossos).

No anúncio, podemos observar muitos aspectos cognitivos de Luiz, suas habilidades num mundo em que a escrita invadia diversos espaços e, sobretudo, suas práticas comunicacionais. Luiz recitava versos e sabia “ler e escrever regularmente”. Além disso, falava bem – o que denota seu grau de letramento – e muito bem explicado.

A capacidade de manejar códigos do mundo letrado dava a Luiz uma série de possibilidades no manejo com as letras: além de recitar versos (será que Luiz também escrevia versos?), de falar bem e explicado, trazia “sempre papéis nas algibeiras”. Seriam os versos que recitava (e que talvez escrevesse) o que guardava junto ao corpo?

Podia, também, em função da singularidade de seus modos de comunicação, dizer ser de um mundo que efetivamente não era o seu: dar-se por livre, dizer que era forro, não era mentira, era possibilidade crível em função das suas habilidades cognitivas. Como poderia ser escravo alguém que sabia ler e escrever, que falava bem e muito bem explicado, que guardava muitos papéis nas algibeiras e que gostava muito de recitar versos?

Se alguns carregavam papéis junto ao corpo, outros eram capazes de manejar máquinas fundamentais para o mundo tecnológico das cidades em meados do século XIX.

Escravo – fugiu de Bierrenbach & Irmãos, de Campinas, no dia 2 de setembro deste ano, o mulato Rodolpho, de 24 anos, estatura média para baixo, corpo reforçado, fala bem, pisar firme (...) é muito ativo e inteligente, natural de Campos (RJ), professor chapeleiro mas sabe coser em máquina de costura, tendo trabalhado com máquina a vapor no que é prático. Sabe ler (*Correio Paulistano*, 11 setembro 1877, In: Schwarcz, p. 142).

Rodolpho, jovem como Luiz, podia ser identificado por pisar firme. Além disso, falava bem, sendo “muito ativo e inteligente”. Sabia ler e era “professor chapeleiro”. O que cada uma dessas palavras indica sobre o mundo conceitual de Rodolpho, um escravo procurado que fugira da cidade de Campinas, no dia 2 de setembro de 1877?

O mulato sabia manejar diversas máquinas, novidades tecnológicas do século XIX: a máquina a vapor e a máquina de costura, que o tornava muito mais do que um mero chapeleiro. Sua inteligência fazia dele “professor chapeleiro”, o que indica as suas



habilidades manuais, mas, sobretudo, sua capacidade de letramento. Fazer chapéus não é algo simples, mas ele era mais: era aquele que ensinava o ofício artesanal a outros com menos habilidade conceitual. Além disso, o fato de ser “inteligente” é uma das características destacadas para possibilitar a sua identificação. Nesse anúncio, ao contrário de muitos que procuram os escravos que se rebelavam contra o cruel sistema de exploração, suas marcas corporais são pouco enfatizadas. Há apenas uma alusão rápida à sua estatura pequena e ao seu “corpo reforçado”. Entretanto, todas as suas características de inclusão num outro mundo, o da leitura e do letramento, são descritas minuciosamente como possibilidade de sua identificação.

A capacidade leitora e escrituraria dos escravos, por vezes, é ainda mais evidente. Testemunhos escritos que perduraram no tempo podem indicar claramente o domínio sobre esta habilidade. O caso do pedreiro Claro Antonio dos Santos, descrito por Wissenbach (2002), mostra a dimensão do envolvimento dos escravos com a escrita e o letramento.

As cartas que o escravo de ganho escreveu, e que perduraram como anexo ao seu processo criminal, a mando da também escrava Theodora Dias da Cunha mostram a existência de escravos alfabetizados no século XIX. Wissenbach (2002) reproduz trechos do processo e das cartas escritas por Claro a pedido de Theodora. Theodora ao ver casualmente Claro escrevendo, pediu que este, em troca de seis vinténs, lhe escrevesse cartas para seus filhos e marido. Ao todo, ele lhe escreveu sete cartas:

Respondeu que uma vez vindo de um armazém, na Rua de São Gonçalo, em uma casa dos fundos dos Remédios, a qual estava sendo assoalhada por Claro viu que ele escrevia e por isso dando seis vinténs, a respondente pediu-lhe que ele escrevesse uma carta para o filho e marido da respondente e que ainda escreveu mais outras... (AESP, *A Justiça versus Claro e Pedro, escravos do cônego Fidélis Alves Sigmaringa de Moraes, 1868-1872*. In: Wissenbach, 2002, p. 113-114. Grifos nossos)

A primeira dessas cartas indica o sentido que a escrava possuía daquela prática de comunicação: pela escrita talvez pudesse descobrir o paradeiro do marido Luiz, já que ela apenas vagamente intuía aonde ele poderia estar. A escrita além de ser um diálogo entre ela e o marido, como se estivessem entabulando uma conversa, era também a possibilidade de estabelecer uma conexão comunicacional para além de espaços restritos.

Mas era mais. A carta servia para contar histórias, realizar trabalhos de memória, enfatizar crenças, reafirmar promessas. Tudo isso, numa escritura que só pode ser decifrada se lida, de novo, em voz alta. Os códigos da oralidade migravam para o

mundo da escrita, criando um universo comunicacional de misturas entre práticas orais e universo letrado.

Meu Marido Snr° Luis

Muito heide estimar que esta va achar você esteije com saude que meu desejo voce me mande contar para hande você esta morando. Quem me arematou foi um moçó muito rico de campinas o homem chama Marciano quina eu fis uma pormeça em congo você não esta lembrado da pormeça que você que eu fis você não esta lembrado que você pai vendeu você para se lembra da pormeça que me avisou de noite eu estava dormindo. Rainha tem companheiro de fase pormeça e não compir e agora ella esta persa no lmal e porição facillital com santos e porição você veja que a rainha e maior do mundo e esta persa no mal e não pode se salvar porque São Bendicto perdeu ella no mar não pode se çalvar e porição eu não facilito com santos eu espero hinda compir ainda que esteja com cabelos bracos... (AESP, *A Justiça versus Claro e Pedro, escravos do cônego Fidélis Alves Sigmaringa de Moraes*, 1868-1872. In: Wissembach, 2002, p. 114-115)

Theodora, pela carta escrita por Cosme, contava uma história ainda desconhecida do marido: tinha sido “arrematada” por um moço muito rico de Campinas, que se chamava Marciano. Ainda no Congo, fizera uma promessa, desconhecida por ele, pois já tinha sido vendido. Tinha que cumprir a promessa mesmo que quando isso se desse já estivesse de cabelos brancos: Theodora não podia “facilitar com os santos”.

Os periódicos, vez por outra, também reproduzem cenas de escravos leitores. A *Revista Ilustrada*, por exemplo, na edição de 15 de outubro de 1887 mostra uma imagem que revela as misturas nos modos comunicacionais do século XIX e a capacidade leitora de muitos dos escravos que moravam nas cidades ou no campo. No desenho, onze escravos formam uma roda em torno de um que tem nas mãos um exemplar do jornal *O Paiz*. Numa atitude de leitura, em pé, cercado pelos outros, esse escravo está lendo a primeira página do jornal fundado, três anos antes, por Quintino Bocaiúva. Na legenda, escrita sob a forma manuscrita, a explicação: “um fazendeiro também fez uma descoberta que o deixou embatucado! Um escravo lia no eito para os seus parceiros ouvirem, um discurso abolicionista do Conselheiro Dantas”. Os outros escravos que compõem a roda, sete homens, duas mulheres e uma criança, escutam boquiabertos. Apóiam nas enxadas e fazem (podemos supor) o mais absoluto silêncio. Escutam com atenção as palavras que do mundo impresso invadem o mundo oral (BARBOSA, 2010).

A cena mostra, mais uma vez, uma prática de leitura dos escravos do século XIX e a possibilidade de serem, de fato, leitores dos jornais. Leitores de primeira natureza,



como o que ocupa o centro da roda, na leitura dirigida aos ouvidos dos que escutam. Leitores de segunda natureza, como os dez outros que, em atitude de espera, ouvem atentamente as palavras impressas que ecoam sob a forma de voz. E de terceira natureza, aqueles que, próximos ou distantes dali, sabiam que havia no eito escravos lendo notícias e o tipo de informação que receberam através dessas leituras.

Nesse mundo comunicacional caracterizado por misturas há uma tripla economia da escrita. No texto da carta escrita por Cosme para a escrava Theodora, os modos orais prevalecem nas formas que habilmente compõe como escrita. No texto do jornal lido pelo escravo anônimo, os modos impressos se transmutam em palavras que, sob a forma de som, invadem o universo oral/letrado dos que ouvem o discurso do Conselheiro Dantas. E, finalmente, a legenda que completa a ilustração da *Revista Ilustrada* indica, pela via manuscrita, a forma escriturária dominante que, também lida, se transforma em sons que se esparramam pelos ambientes.

Mas mesmo havendo esse mundo comunicacional oral, manuscrito e impresso, as formas orais dominavam os modos de contar histórias, mesmo quando estavam codificadas como letras impressas ou manuscritas. O poema que transcrevemos a seguir, tal como as cartas que Cosme escreveu, sob encomenda, para Theodora, também só podem ser decifrados hoje se o lermos em voz alta. Lendo de maneira silenciosa, como a economia da escrita dos letrados pressupõe, não é possível o entendimento das letras que foram escritas naqueles tempos idos. “Minerva Navio Negreiro”³, escrito por Gungo Moquiche, que se intitula “zi crivinhandô”, ou seja, o escrevinhador (aquele que escreve), fala da transformação do mundo da escravidão com a possibilidade da Abolição.

Num primeiro momento Gungo dirige-se explicitamente ao senhor branco nesse novo tempo (representando a liberdade) e que metaforicamente explicita com a expressão “Quando outro galo já cantou”, indicando a possibilidade de ele, escravo, ir para frente, enquanto o senhor irá “passar para trás” (“Sumcê passa p’ra trazi”, enquanto “Eu p’ra flente vou!”).

Agora sinhô baranco
Q’outro galo já canto,
Sumcê passa p’ra trazi

3 Agradecemos a Marisa Lajolo, com que dividimos a mesa História, Literatura, Filosofia e Mídia, durante o I Encontro de História da Mídia do Sudeste, em 2010, o envio deste poema que pode enriquecer as reflexões que produzimos em torno dos letramentos e da leitura dos escravos brasileiros do século XIX. Poema de Gungo Moquiche. Coleção Pedro Correia do Lago. *Apud* Em torno de Zumbi Navio Negreiro, Batuque no Quilombo. (Estação Ciência) USP, CNPq.



-Eu p'ra flente vou!

Pois, sumcé lisencioso
Do serebiço do *tição*,
Acha bom, acha gossitoso
Amburi a cravidão?! ...

O senhor que dependia do “serviço do *tição*”, será que acharia bom “abolir a escravidão”? Em seguida, Gungo apresenta outros personagens, que ritmam sua poesia: a Princesa Isabel em contraposição a princesa ditadora Mãe Maria do tundá; Pai Manoel, imperador e mãe Maria, a Imperatriz; e, finalmente, outros personagens (talvez escravos) que poderiam vir a ser embaixatriz e embaixadores.

Pringaceza redemtôra
Tem que dá seu rhugá,
A princesa dictadôra
Mãi Maria do tundá

Pai Manué – imperandô
Mãi Maria Peratrizi,
O Duão será doutô
E mana Eva baxatrizi.

Assim, Victo, “que é farrapo pode ser embaixador”. Pedro poderia ter consulado e, quem sabe, Jorge poderia vir a ser senador.

Victo, que é *fahapo*
Pode sê inbaixandô:
Pedro tem consurhado
E é Jorge senhandô!

E conclui lembrando práticas do mundo da escravidão.

Pois, sumcê licencioso
Da famia do *tição*...
Dirheitinho, abre zóio
P'ra não leva bofetão?!

O poema termina com uma observação: Gungo mandou imprimir o texto em função do desejo da maioria, como espécie de emblema do tempo em que fora escravo na terra do branco até 13 de maio de 1888. O local e a data da impressão em conjunto com a palavra liberdade formam as expressões finais de uma história contada em verso por Gungo Moquiche, “zi crivinhandô”.

Dando cumprimento di óridi de maiorá , mandô primi berrhiço que sitá crito ni quaquê com bléma di nabio qui nosso transipotô para têra di baranco, onde nosso ficou si cravo até 13 di Maio do 1888. Acaay-acay amollorum. Chuta di Zambezy, 3 di Marhiço do anno di centenaio di Bassitia di 1889 – Libredade – Gungo Moquiche, zi crivinhandô



Impressos como “coisa visual”

A segunda metade do século XIX no Brasil apresenta algumas características que revelam a explosão da palavra impressa como “coisa visual” em meio à multiplicidade de imagens que se espalham pelos espaços urbanos. Ao lado de desenhos e fotografias que passam a serem colados nos muros da cidade, jornais eram afixados nas portas das redações ou nos quiosques aonde eram vendidos, passando a serem vistos também como imagem.

Mas não era suficiente expor os jornais como “coisa visual”. Era preciso que os pequenos jornaleiros – filhos de escravos ou ex-escravos a maioria das vezes – apregoassem pelas ruelas estreitas o nome do periódico que acabava de “vir a lume”. A *Gazeta de Notícias* foi o primeiro a introduzir a novidade: sobraçando dezenas de exemplares, os pequenos vendedores de jornais passaram a gritar a partir de 1875 não apenas o nome do jornal, mas a notícia que poderia mais chamar a atenção do público.

Na capital de um Império que agonizava nos idos de 1880, pelos muros do centro da cidade, cartazes anunciavam os espetáculos teatrais ou o lançamento de produtos que faziam a sensação dos mais abastados. Quarenta anos depois da chegada ao Brasil do daguerreótipo, a imagem fixa representava aquilo que os olhos nem sempre podiam perceber.

É nesse ambiente cujos artefatos tecnológicos insistem em informar a chegada de novos tempos, que, pelas ruas ainda estreitas da capital do Império, escravos, libertos e escravos de ganho continuavam fazendo do Rio de Janeiro uma “cidade negra” (CHALHOUN, 1990, p. 186), na qual o burburinho de gritos, vozes e cantigas era a marca mais característica. Pelas ruas, nos bondes, encostados nos umbrais das portas, muitos liam os periódicos que comentavam as últimas notícias ou davam informações sobre o cenário político conturbado dos últimos anos do Império. Revistas ilustradas, como a de Angelo Agostini, repleta de desenhos a bico de pena, indicam na sua própria materialidade outras possibilidades de leitura dos periódicos, como já assinalamos: lia-se também vendo as imagens.

Se em 1849 havia aproximadamente 80 mil escravos no Rio de Janeiro, tendo a cidade, durante as três décadas anteriores, abrigado a maior população escrava das Américas, em 1872, os pretos e pardos (escravos ou não) representavam 44,79% da população da cidade. Em 1890, este percentual cai para 37,2% (Censo de 1890). O censo de 1872 registra também um decréscimo no número de cativos existentes na Corte: eram 17,8% da população, mas ainda representavam quase 50 mil vidas só no



município. O número de trabalhadores escravos empregados nos estabelecimentos artesanais e industriais que em 1852 englobava 64,5% dos empregados, em 1872 decrescia consideravelmente: 10,2% dos artesãos e operários da Corte eram escravos. A maior parte da população escrava estava empregada nos serviços domésticos (41,5%) e nas atividades agrícolas (11,6%). (CHALHOUB, 1990, p. 200)

O expressivo número de escravos que nas cidades mais populosas vivia nas residências, indica também uma proximidade do mundo da comunicação dos que podiam compartilhar novos impressos que passam a fazer parte do cotidiano de muitos. Os jornais diários multiplicavam-se pelas cidades mais importantes. No Rio de Janeiro, na primeira década de 1880 aparecem 373 periódicos. Só no ano de 1881, aparecem 95 novos títulos e no ano seguinte mais 64. Em 1883, surgem mais 56 novos títulos e em 1884 outros 37. Em 1888, há outra explosão dos impressos, contando-se 45 novos jornais e revistas e, um ano depois, mais 29 novos títulos. Nos dois últimos anos do século XIX surgem 47 outros periódicos (FONSECA, 1941).

A maioria dos diários ainda tinha nas discussões políticas o conteúdo preferencial, mas havia também aqueles que mesclavam as informações comerciais com conteúdos destinados a um novo público – as mulheres, por exemplo. Folhetins lacrimejantes, publicados nos jornais desde a metade do século XIX, continuavam fazendo sensação: ocupando espaço no rodapé diário da primeira página dos principais diários conquistavam cada vez mais leitores.

Falava-se também numa literatura “sarrabulhenta” que fazia muito sucesso. Livretos baratos vendidos nas ruas por vendedores qualificados por João do Rio como “uma chusma incontável que todas as manhãs se espalha pela cidade, entra nas casas comerciais, sobe aos morros, percorre os subúrbios, estaciona nos lugares de movimento” (RIO, 1987, p. 47).

Se no início do século XX, os vendedores desses folhetos “sarrabulhentos de crimes e de sandices” havia se multiplicado, alguns anos antes, “não passavam de meia dúzia de africanos, espapaçados preguiçosamente como o João Brandão na Praça do Mercado” (p. 47-48)⁴.

Podemos supor que João Brandão, um negro africano, possivelmente escravo de ganho ou forro, mesmo “espapaçado preguiçosamente” diante dos folhetos que se esparramavam também pelas calçadas, era leitor. Não por que tivesse o livro em suas

⁴ Sobre a leitura popular de livros e folhetos destinados a um público mais vasto, cf. EL FAR, 2004.



mãos e pudesse dali encadear uma leitura: mas porque a leitura ao fazer parte de sua possibilidade de sobrevivência fazia dele um leitor de múltiplas naturezas.

João Brandão vendia livros e, para isso, arrumava os títulos dos folhetos e brochuras. Sabia entregar o que lhe era pedido, desvendando naqueles materiais impressos a história que tinha a preferência do freguês que a solicitava. Brandão identificava o escrito e quem sabe também entre uma venda e outra não folheava aqueles impressos para poder melhor oferecer a sua mercadoria?

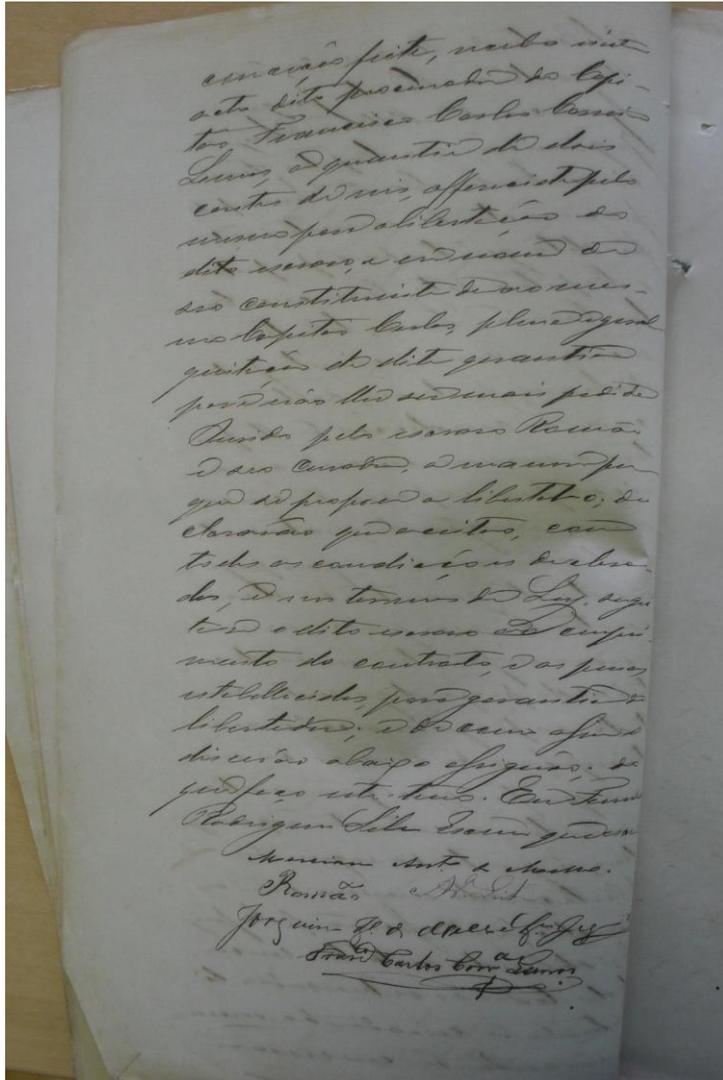
Se há alguns indícios e vestígios que mostram as práticas de leitura dos escravos brasileiros do século XIX, poucos são os que os mostram exercendo a atividade escriturária. Mas aqui e ali, por vezes, aparecem as letras tremidas ou firmes daqueles que eram capazes de escrever. É o caso de Romão, escravo, que assinou sua própria liberdade.

Romão assina sua liberdade

Em 11 de dezembro 1873, Romão, crioulo, escravo de Antonio Felix de Melo e Carmem Joaquina de Melo, compareceu junto ao Juizado de Órfãos da cidade de Valença para começar uma longa caminhada para conseguir sua liberdade. Como em muitos outros casos semelhantes, a morte dos ex-senhores dava a eles a prerrogativa de solicitar a alforria tendo em vista o que estava formalizado no testamento. Normalmente, nesses documentos se destacavam que a liberdade seria concedida em função dos bons serviços que em vida lhe prestara o escravo.

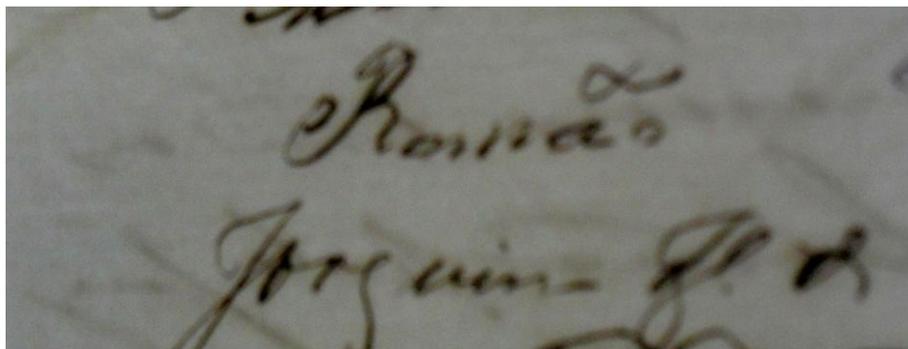
A letra manuscrita do processo, quase impossível de ser desvelada, indica as idas e vindas do pedido, que, após alguns percalços, afinal é deferido pelo Juiz. Se Romão passou a ser a partir dali escravo forro, no sentido pleno da palavra, ou seja, se ganhou de fato sua liberdade jamais saberemos.

Do nosso ponto de vista, mais importante do que tentar recuperar a trajetória de Romão é perceber que ele assina no processo seu pedido de liberdade. Acima da assinatura de Joaquim e Carlos, os herdeiros de Antonio Felix e Carmem, a assinatura de Romão está postada, com letra firme, denotando o manejo com as artes da escrita.



Fonte: Arquivo do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (APJ), nº 14.213, cx. 1505. Ação de Liberdade – Juízo de Órfãos da cidade Valença (RJ). 11 dez. 1873.

A letra no calhamaço que forma a ação de liberdade de Romão não é tremida, nem desenhada. Romão escreve seu nome de maneira clara e ainda que não tivesse um nome composto, que denotasse um lugar social que compartilhasse pelos códigos letrados uma identidade familiar, Romão, crioulo, era capaz de, com firmeza, escrever seu próprio nome.





A relação do escravo Romão com o universo da comunicação, na segunda metade do século XIX, mostra claramente um gesto do mundo letrado, produzindo atos singulares que revelam uma mistura de vozes também no seu mundo privado: vozes da liberdade que eram ouvidas nas cartas de alforria e também no momento em que concordava, ao postar seu nome escrito de próprio punho, com o que fora anotado nas dezenas de páginas que compõem o seu pedido de liberdade.

A escrita, portanto, possui para Romão diversos significados: é ato de concordância, é a perspectiva de firmar e dar novo sentido a sua existência, é, enfim, talvez o mais importante, a materialização de si mesmo.

Ao assinar, Romão reconhecia seu nome para si e para o mundo. A sua face, suas mãos, seu corpo pesado e negro possuía uma marca singular desenhada sob a forma de letras manuscritas que indicam certa manutenção de si mesmo. Cinco letras formando um nome que possui identidade nomeada e reconhecida. É nesse sentido que afirmamos que o ato escriturário, como ato narrativo, significa o si mesmo (RICOEUR, 1996). Ao se designar por escrito, Romão fixa-se como sujeito capaz de se significar no mundo na duração. No seu universo predominantemente oral, Romão possuía o gesto máximo e definitivo do mundo letrado: a capacidade escriturária.

Mas Romão não é o único. Outros indícios revelam claramente, como no caso do escravo Cosme já descrito anteriormente, outros personagens que do mundo da escravidão podem ser içados ao mundo da escrita. Noticiando um crime que em 30 de dezembro de 1877 ocorrera numa casa de comissões da Rua da Prainha, no Rio de Janeiro, a *Gazeta de Notícias* informa que, para prestar declarações de como ocorrera o assassinato do caixeiro Antonio Oliveira, compareceu a Delegacia um escravo chamado Luiz, pardo, de 45 anos, pernambucano, e que este assinara seu depoimento nos autos “com letras desenhadas e tremidas” (30 dezembro 1877, p. 1).

Dominando a economia escriturária a tal ponto de ser portador das palavras que a narrativa de um outrem compunha, assinando seus nomes com letras tremidas ou com a mão firme, há inúmeros indícios de que alguns escravos brasileiros do século XIX não apenas eram leitores, mas sabiam também escrever.

Sistemas de Comunicação e História

Essa história que acabamos de contar é tributária de uma metodologia de pesquisa que visualiza a história como possibilidade interpretativa a partir de restos e rastros que chegam do passado ao presente. Rastros que, no passado, foram modos de



comunicação, perdurando até o momento presente nesta mesma condição. São aos atos de comunicação de homens do passado o que, em última instância, os historiadores têm acesso. São traços de uma cultura material, resquícios de falas impressas, audíveis, manuscritas, imagens que teimam em perdurar em diversos suportes de comunicação.

Assim, ao considerarmos a questão da comunicação como centro da reflexão e não apenas o conteúdo das mensagens ou uma caracterização dos periódicos como espécies de apêndices de um mundo mais amplo, podemos remontar uma história que coloca no centro da análise processos comunicacionais, como os realizados pelos escravos do século XIX que, em contato com o mundo escrito e impresso, misturavam nas suas práticas comunicacionais signos desses múltiplos mundos em modos de comunicação complexos.

Nessa história enfatizamos os discursos construídos pelos escravos em torno das práticas de comunicação, como discursos sobre a ação, produzindo essas ações como enredos, sem, contudo, nos atermos de maneira exclusiva à discursividade. São os argumentos dos escravos como atores sociais (suas escritas duradouras, suas imagens, os discursos produzidos sobre eles, etc.) que produziram “provas” de sua existência passada, dos mundos nos quais estavam inscritos e que nos permite produzir interpretações sobre esses signos esparsos e seus modos de vida cotidianos.

Há que se ter em mente, também, algumas especificidades em relação aos estudos que têm como ênfase recuperar os processos comunicacionais localizados no passado. A primeira delas diz respeito ao fato de a comunicação ser um processo que se realiza em operações envolvendo ações dos sujeitos sociais em um sistema complexo (os sistemas comunicacionais) e, que, portanto, a história da comunicação é, sempre, uma história dos sistemas de comunicação.

Procurar interpretar os processos comunicacionais do passado significa perceber o circuito da comunicação, nos quais estão envolvidos múltiplos atores: produtores de textos, produtores gráficos, distribuidores, editores e leitores. Além disso, é preciso considerar as materialidades produzidas, ou seja, os suportes que deram vida aos processos comunicacionais e que colocaram em circulação formas impressas, visuais, sonoras, etc.

Portanto, ao invés de tentar analisar os meios é preciso, tal como já enfatizava Martín-Barbero (1987) no penúltimo decênio do século XX, ir em direção às mediações localizadas no passado. São os atores sociais que constroem a história da comunicação e não os veículos considerados na sua singularidade. Na direção do redemoinho das



práticas (REVEL, 2009, p. 210) adotado por inúmeras disciplinas, também a história da comunicação deve privilegiar a ação humana envolvida nos processos localizados no passado. Ao invés de se buscar instituições, funções, dispositivos, máquinas e gramáticas, há que se pensar na forma como os atores sociais constroem práticas comunicacionais numa longa história de criação de próteses para tornar mais eficiente o ato comunicacional.

Gostaria ainda de enfatizar uma vez mais a questão do valor do conhecimento passado. Não é todo o passado que valorizamos em sua integralidade: desse passado elegemos um aspecto, demarcamos como fundamentais momentos axiais que instauram rupturas no terceiro tempo, o tempo da história, o tempo calendário. Mas essa seleção memorável depende, também, do valor atribuído a cada época história, como já enfatizamos a partir da leitura de Agnes Heller (1993). Mas como interpretar o passado a luz das visões de mundo dos homens do passado? Como adentrar no espírito de uma época percebendo valores que não são mais os nossos?

Encontramo-nos mais uma vez diante do problema da cientificidade: é a adoção de normas, preceitos, teorias, possibilidades metodológicas que, na essência, indicam a possibilidade de visualizar o passado de forma verdadeira. Assim, valores de outrora, interpretados a luz da compreensão presente do pesquisador, torna-se, pela questão da fiabilidade da história falar do passado, o verdadeiro passado. Procura-se encontrar nos rastros deixados marcas que revelam, pela interpretação produzida e permitida, um mundo que, até então, fora desconhecido. São os princípios normativos produzidos no presente que permitem o acesso a um passado considerado como se fosse real, já que o que é formulado pela historiografia deve ser a verdade (ou o conhecimento verdadeiro).

Mas é preciso perceber também que a norma do conhecimento científico é uma visão de mundo própria de uma época histórica. A aceitação e a construção de conceitos como avaliadores, ou seja, possuindo em si mesmo essência explicativa, são visões de mundo produzidas em dado momento histórico.

Da mesma forma, é uma questão de valor perceber nos vestígios determinadas mensagens desse passado. Se houver, numa determinada época, a consciência histórica disponível para enxergá-las e, posteriormente, interpretá-las, pode-se ter uma história a ser contada dentro das normas da cientificidade da disciplina.

Gostaria de fechar essa exposição com duas questões, a meu ver, centrais para uma reflexão histórica dos meios de comunicação: Quando um processo



comunicacional passado se constitui em uma intriga que faz dele um acontecimento histórico? Quando alguma coisa que foi narrada no passado, pode ser re-narrada?

Se essa é a essência teórica do movimento histórico, ou seja, é acontecimento histórico aquilo que foi narrado e que pode ser re-narrado, a rigor, são os processos comunicacionais localizados nos tempos idos que são sempre objetos de qualquer reflexão histórica. Poderíamos então nos perguntar: seria o valor eminentemente comunicacional da história que produz uma espécie de esquecimento voluntário dos estudos de comunicação em relação à complexidade dos fenômenos históricos?

Referências bibliográficas

Artigos de Periódicos

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez (2002). “Cartas, procurações, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita”. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, nº 4, julho-deze

Livros

BARBOSA, Marialva (2010). **História Cultural da Imprensa**. Rio de Janeiro: MAUAD.

CHALHOUB, Sidney (1990). **Visões da Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras.

EL FAR, Alessandra (2004). **Páginas de Sensação**. Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924). São Paulo: Companhia das Letras.

FOSENCA, Godin da (1941). **Biografia do jornalismo carioca (1808-1908)**. Rio de Janeiro: Quaresma.

HELLER, Agnes. **Uma teoria da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

MARTÍN-BARBERO, Jesús (1987). **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. A edição original De los medios a las mediaciones. Comunicación, cultura e hegemonia, foi publicado pela Editorial Gustavo Gilli, Barcelona.

REVEL, Jacques (2009). **Proposições. Ensaios de história e historiografia**. Rio de Janeiro: EdUERJ.

RICOEUR, Paul (1996). **Sí mismo como outro**. Madrid: Siglo XXI de España Editores.

RICOEUR, Paul (1997). **Tempo e Narrativa**, vol. III. Campinas: Papyrus.

RIO, João do (1987). **A Alma Encantadora das Ruas**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura.

SCHWARCZ, Lilian (1987). **Retrato em branco e preto**. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo. São Paulo: Cia das Letras.